

Reforma é importante, o pão de cada dia, também

GOVERNO ESQUECE O CURTO PRAZO E TEM DE CONVOCAR A POPULAÇÃO NAS HORAS DE SUSTO

ROLF KUNTZ

O presidente da República deu excelente idéia às donas de casa: resistam à alta de preços. A sugestão só tem três defeitos: 1) as donas de casa, como outros consumidores, já tentam resistir aos aumentos. Também fizeram isso no início do ano, quando a situação, como lembrou Fernando Henrique Cardoso, era bem mais complicada; 2) a resistência é provavelmente maior quando o consumidor vê o governo empenhado em conter a inflação. O governo tem dado escassa demonstração de estar contra os aumentos, exeto pela ação do Banco Central. A maioria das pessoas, infelizmente, é incapaz de entender os ob-

jetivos da política de juros. É preciso, portanto, dar demonstrações mais visíveis para todos. Uma reação imediata ao abuso dos produtores de álcool teria sido um sinal inteligível. Além disso, como disfarçar o peso dos combustíveis e das tarifas na inflação deste ano? 3) a propósito de combustíveis e tarifas: recharcar os preços maiores pode ser fácil, quando os bens e serviços são vendidos num mercado concorrential. Neste ano, porém, a alta foi puxada por setores com pouca ou nenhuma concorrência, como os de eletricidade, telecomunicações, transportes e combustíveis. Coincidência: são setores dependentes, para a fixação de preços, de controle oficial ou de contratos entre governo e concessionários de serviços. Como poderia defender-se o consumidor, nesses casos? Desligando a tevê na hora da novela ou tomando banho frio? Enfim, por que se lembrar do consumidor só agora?

O repique de preços provavelmente passará em pouco tempo. Na pior hipótese, um tranco do Banco Central poderá resolver o assunto. Sobrará, se nada sair muito errado, uma alteração de preços relativos, com algum ganho para a agricultura (os produtores corrigirão rapidamente: recuperação, apenas). Mas a cláusula "se nada sair muito errado" pode ser otimista, dado o currículo da administração federal. Com um pouco mais de atenção a alguns pontos, talvez o governo pudesse moderar sua disfarçável atração pelo desastre:

■ Os alimentos ainda pesam cerca de 30% na formação do custo de vida, segundo a maior parte dos indicadores. O peso deverá diminuir, estatistica-

mamente, na próxima reforma do índice da Fipe, mas ainda ficará acima de 20%. Seria conveniente manter estoques de alguns produtos, pelo menos, tanto para evitar grandes flutuações de preços quanto para manter a boa disposição dos consumidores. Estoques de arroz e milho são exemplos evidentes. Há quem defendia a formação de reservas também de feijão, produto pouco disponível no mercado internacional. Em geral é fácil importar milho, mas ocorrem, de vez em quando, desastres em vários países produtores – como neste ano. Estoques particulares têm serventia limitada, quando se trata de regular preços. Cabe ao governo assumir o custo da segurança. Não há dinheiro para isso? Há, no entanto, para financiar a compra de estatais por algumas das maiores empresas do mundo, ou para facilitar o projeto de uma Ford na Bahia. Nada contra a Bahia ou contra a Ford. É só uma questão de prioridade.

Também tem havido dinheiro para rolar de forma indiscriminada os débitos de fazendeiros, com benefício tanto para os pequenos quanto para os muito ricos. Nesses momentos, ninguém menciona a escassez de recursos, nem discute a conveniência dos compromissos assumidos pelo setor público;

■ câmbio flutuante pode ser uma boa idéia, mas também é um fator adicional de pressão sobre os preços. O governo descuidou das providências para tirar proveito do câmbio e neutralizar seus perigos. O fiasco da exportação resultou, em grande parte, da inépcia do governo: faltou eleger o comércio exterior como assunto prioritário e cuidar no dia a dia das vendas ao exterior. O risco de uma crise cambial como a de setembro-outubro seria menor, provavelmente, se houvesse um pequeno superávit comercial, ou pelo menos um equilíbrio com exportações em alta. Quando o País é capaz de ganhar dinheiro, também é menor o risco de problemas de oferta: a importação é mais garantida, mesmo com preço mais alto. A abertura de mercado foi um dos argumentos a favor de uma política agrícola menos intervencionista, nos anos 90. Seria um argumento mais digno de respeito, se o País cuidasse mais da capacidade de importar;

■ crise cambial depende também de fatores fiscais. Qualquer acidente na trajetória de ajuste pode criar insegurança no mercado. Isso também explica a alta do dólar nos últimos meses. Mas todo o drama ocorreu porque o governo criou a expectativa errada, pondo fichas em excesso na reforma da previdência do setor público. Se tivesse dado maior atenção a outros pontos, como a reforma tributária, a divisão de receitas e encargos e o tema das vinculações, teria tornado as finanças públicas mais maneja-

veis, facilitado o crescimento econômico e estimulado as exportações. Teria aberto caminho para reduzir os juros e para batear a dívida pública. Nessas condições, também o encaminhamento da questão da Previdência seria provavelmente mais simples. Em termos mais diretos: a escolha das prioridades tem sido desastrosa. Também por isso o País continua assombrado, cinco anos depois de lançado o real, pelo risco da crise cambial e pelo temor de um novo surto inflacionário.

O governo tem sido incapaz, na eleição de prioridades, de combinar os vários objetivos da política econômica. Obsessado por alguns temas, tem sido incapaz de olhar o conjunto. Isso explica, em parte, os contratos mal feitos com as empresas concessionárias de serviços públicos, uma das causas dos grandes aumentos de tarifas neste ano. Para consertar o erro, o Executivo talvez tenha de propor a renegociação dos critérios de reajuste. Terá de fazê-lo com cuidado, para evitar o descrédito. Os conflitos com o Judiciário têm a mesma origem: a pouca disposição de enfrentar as reformas com uma perspectiva mais ampla. Essa perspectiva deve incluir uma consideração mais cuidadosa da questão dos direitos. Messianismo é incompatível com reformas num ambiente de respeito às instituições. Uma visão mais clara do conjunto teria permitido, também, escolher um roteiro mais seguro, menos sujeito a turbulências na área externa e a repiques de preços. A confiança popular nos objetivos de longo prazo se constrói com a administração sensata do dia a dia. Não se pode aguardar a solução final dos problemas fiscais para deixar a economia funcionar com segurança.

■ Rolf Kuntz é jornalista

NOV 1999

ESTADO DE SÃO PAULO